

ENTREVISTA COM LOUIS-JEAN CALVET

Por Telma Cristina Pereira

Neste número dedicado ao tema *O lugar da teoria*, temos o prazer de entrevistar o linguista Louis-Jean Calvet que, em outubro de 2010, ministrou um curso no Programa de Pós-Graduação em Letras da UFF. Desde suas primeiras publicações (*Roland Barthes; un regard politique sur le signe*, 1973; *Linguistique et Colonialisme*, 1974; *Pour et contre Saussure: vers une linguistique sociale*, 1975) até as mais recentes (*Les politiques linguistiques*, 1995; *Essais de linguistique, la langue est-elle une invention des linguistes?*, 2004; *Les mots de Nicolas Sarkozy, en collaboration avec Jean Véronis*, 2008; *Le jeu du signe*, 2010 et *Le français en Afrique*, 2010), ele destaca a ligação entre língua e poder, e ressalta as relações históricas e sociais das línguas, estabelecendo em seus trabalhos uma relação permanente entre teoria e prática.

Entretanto, não é a primeira vez que Louis-Jean Calvet é convidado a discutir a articulação entre prática e teoria no âmbito da linguística. Em julho de 2009, a Universidade da Provence (Aix-en-Provence) organizou o colóquio *Questions vives en sociolinguistique* sobre a contribuição dos trabalhos de Calvet para essa disciplina. Trata-se, com efeito, de uma proposta interessante em torno de um linguista que parte do princípio de que as línguas existem para servir aos homens e não os homens para servir às línguas, e que a história destas é constituída pelas histórias de seus falantes.

1. O senhor poderia nos falar um pouco sobre suas referências teóricas e como as descobriu?

É sempre difícil e pouco factível reconstruir à posteriori «referências teóricas». Eu preferiria falar de encontros e de cronologia. No meu caso, eu li Marx e Barthes, talvez um pouco de Freud também, antes de me interessar pela linguística. Isso significa que quando eu cheguei à Sorbonne, que fiz os cursos de André Martinet e que li Saussure, etc. eu recebia essa

visão da linguística através do filtro de Barthes. A cronologia neste caso é importante: eu li Barthes antes de fazer linguística. Martinet e Mounin achavam que Barthes não era sério, mas pelo modo como falavam dele, estou certo que Martinet não o tinha lido, e as críticas de Mounin não tinham muita consistência. A leitura de *Mitologias* já tinha me convencido do enraizamento social do signo, e eu não encontrava essa ideia na teoria saussuriana. Creio que tudo isso aparece de forma clara em um dos meus primeiros livros, exatamente sobre Barthes, cujo subtítulo dizia “um olhar político sobre o signo”. A ideia que eu guardara das *Mitologias* é que a sociedade fala muito, que ela emite incessantemente signos sobre ela mesma, através dos quais podemos analisá-la e criticá-la. E a teoria saussuriana do signo não permitia essa análise ou essa crítica. Aliás, a análise da sociedade feita pela obra de Marx me parecia importante, e eu me perguntava como importá-la para a linguística. Só mais tarde, lendo Bourdieu, é que comecei a ver isso de forma mais clara.

2. Teoria, metodologia e prática. A articulação desses três elementos está de acordo com sua abordagem dos fatos linguísticos?

Sempre cito uma frase de Mao Tsé-Tung: “quem não investigou não tem direito à palavra”. Não que eu queira impedir quem quer que seja de tomar a palavra, mas as línguas são tipos de práticas em permanente movimento, elas não são estáticas, elas mudam o tempo todo, e se pretendemos descrevê-las, compreender essas práticas, precisamos abordá-las lá onde elas se encontram. O que quero dizer é que sem trabalho de campo não há análise aceitável da “língua”. O melhor exemplo do que não se deve fazer é a abordagem iniciada por Chomsky que projeta uma teoria pré-estabelecida sobre as práticas linguísticas, escolhendo entre elas aquelas que lhe convêm, que confirmam sua teoria. Tudo isso levou os gerativistas a inventar uma língua, a favorecer determinadas formas, aquelas que entram em seu quadro teórico, e a negligenciar outras. Ora, para mim os falantes estão sempre com a razão diante dos linguistas, e se suas práticas não se encaixam no quadro da teoria, é porque é preciso mudar a teoria. Então creio que se faz necessário inverter a ordem dos três termos da sua pergunta: *prática, metodologia e teoria*, e não, *teoria, metodologia e*

prática. Tomemos um exemplo brasileiro: a alternância entre *tu* e *você*. A gramática normativa não tem nada muito sério a dizer sobre isso. É preciso ir escutar os falantes, descrever o que eles dizem, analisar os diferentes parâmetros que podem explicar o uso do *tu* ou do *você*, tais como a idade, sexo, lugar, formação, etc. Tudo isso implica métodos sociológicos, em uma teoria, mas acima de tudo não podemos nos esquecer de que estamos trabalhando sobre práticas.

3. **O senhor já nos deu provas de que o trabalho de campo dos linguistas pode estar bem perto, através do estudo de slogans, de músicas, da marcação do ambiente linguístico, dos discursos presidenciais... Este seria um dado a ser ensinado aos linguistas em formação, ou seja, a pensar sobre os sentidos dos signos?**

Slogans, músicas, lapsus, entre outros, são considerados por muitos como fatos marginais, mas a própria quantidade desses fatos faz com que eles se tornem centrais, majoritários. O campo do linguista nunca está distante porque ele vai até lá. E no campo ele encontra coisas variadas, até mesmo contraditórias, das quais ele tem que se dar conta. Ele não deve evitar a complexidade e a riqueza das práticas. E o signo é um bom exemplo dessa complexidade, ainda que mais uma vez a teoria saussuriana seja muito simples, muito redutora. Está errado dizer que um significante e um significado estão indissolivelmente ligados. Milhares de exemplos nos dizem o contrário. Existe uma construção social do sentido que não se acomoda bem com a ideia segundo a qual as duas faces do signo são indissociáveis. Consequentemente, é preciso deixar de lado a teoria, e eu mostro no livro *Le jeu du signe* que não precisamos da noção de significado.

4. ***Politiques linguistiques*¹ foi o seu segundo livro traduzido no Brasil. Nesse livro, o senhor define a política linguística como um conjunto de escolhas conscientes referentes às relações entre língua(s) e sociedade. Qual seria o papel das representações nessas escolhas?**

¹ *As Políticas linguísticas*. Parábola Editorial, IPOL, 2007

Falei mais acima da complexidade. Ora, a noção de representação é complexa. Ela tem origem na psicologia social, e foi adotada pela linguística, mas não é fácil manejá-la. Sabemos como extrair os fonemas de uma língua, temos uma metodologia que já deu provas que isso é possível. Em relação às representações ainda estamos dando os primeiros passos. Mas, ao mesmo tempo, podemos observar que as representações mudam as práticas, e que prática e representações são um binômio interativo. William Labov nos mostrou isso, através de exemplos limitados, ao falar de insegurança linguística, mas temos ainda muito trabalho pela frente.

Sua questão relativa às políticas linguísticas é interessante. Todos nós, incluindo os linguistas, temos nossas representações, e os políticos também têm as deles. No século passado, Mustafa Kemal (Ataturk) fez uma mudança radical na língua turca, partindo de fatos concretos como aquele do alfabeto árabe não registrar muito bem o turco, em particular as vogais. Ele também teve como ponto de partida o desejo de tornar o acesso à escrita mais fácil para o povo. Estamos diante dos ingredientes para uma política linguística: a situação atual não é satisfatória, principalmente para alfabetizar o povo, logo é preciso mudar essa situação. Mas Ataturk também representava uma ideologia: ele queria laicizar a língua e, de forma mais geral o país, cortando os laços com o árabe e o farsi. Por outro lado, a maioria dos muçulmanos considera que o árabe é uma língua sagrada, a língua de Deus, o que também não deixa de ser ideológico. O resultado de tudo isso é que nos países árabe-muçulmanos se tem como língua oficial uma língua que ninguém fala. E essa escolha, que constitui uma política linguística, surge das representações.

5. Qual é a contribuição do Barômetro Calvet² para a elaboração de políticas linguísticas?

Trata-se de um instrumento que tem várias utilizações possíveis. Por exemplo, podemos analisar os diferentes fatores que têm um papel nas relações entre as línguas. E como a classificação proposta por ele será

² <http://www.portalingua.info/pt/poids-des-langues/barometre-des-langues-regionales-latines/>

atualizada todo o ano, podemos pensar sobre os fatores de mudanças presentes nessas relações. Mas o utilizador do barômetro pode mudar o valor dado a cada um dos fatores e construir assim sua própria classificação. Logo, o barômetro permite que façamos a lista das línguas que respondem a essa ou aquela necessidade social. É interessante, por exemplo, utilizá-lo antes de decidir que línguas estrangeiras deveriam ser propostas no sistema de ensino.

6. No livro *Histoire du français en Afrique*³ (2010) o senhor compara a diversidade da língua francesa e da língua portuguesa para ilustrar o fenômeno da aclimação e da criatividade linguística. Neste contexto, como o senhor vê a proposta de unificação ortográfica do português que reconhece, entre outros, o princípio da dupla grafia?

Não tenho a competência necessária para responder e esta questão, não sou especialista em português. Simplesmente constato que esta língua proveniente de um pequeno país europeu atualmente deve o seu peso à potência demográfica e política do Brasil. A aclimação, a criatividade e a situação concreta (especialmente as relações com as línguas indígenas) fizeram com que o português do Brasil não seja absolutamente o mesmo de Portugal. Isso fica evidente nos domínios do léxico, da fonologia e da sintaxe. Sendo assim, pode ser que um sistema gráfico estabelecido para registrar as práticas de cerca de dez milhões de falantes não funcione para as práticas de quase duzentos milhões de falantes. Estamos diante de um fato, e os fatos são resistentes. Mas no longo avanço em direção à reforma que você menciona, vimos o tempo todo surgirem representações. Por um lado, podemos nos perguntar se não haveria uma resistência à mudança, uma vontade de conservar a língua do império e se, por outro lado, não haveria uma vontade de se livrar de determinadas marcas do império. Isso quer dizer que não era apenas um problema técnico, ainda que uma transcrição seja um problema técnico. Trata-se também de um problema identitário. Nesse caso é preciso então se perguntar se existe **uma** identidade lusófona ou se **existem** várias.

³ *Histoire du français en Afrique* ; un langue en copropriété. Editora Archipel., 2010.

7. **Em um dos seus últimos livros o senhor questiona a teoria do signo (Le jeu du signe⁴, 2010) nos mostrando através de exemplos variados (lapsus, canções, metonímia etc) que a elaboração do sentido é um processo em permanente reconstrução. O senhor quer dizer com isso que a linguística pode sobreviver à desordem?**

Mas a linguística esteve, desde sua origem, confrontada com a desordem. Só que às vezes ela tentou negar essa desordem porque é mais difícil teorizar sobre fatos desordenados que sobre fatos regulares. Então não se trata de sobreviver à desordem, mas de assumir a complexidade e de tentar construir uma teoria que a leve em conta. Era bastante normal que uma ciência em processo de construção simplificasse um pouco as coisas. Aliás, no início, ela trabalhou principalmente sobre a fonologia onde as coisas eram mais fáceis uma vez que digitalizáveis. Mas nem todas as práticas linguísticas são digitalizáveis, elas estão frequentemente relacionadas com aquilo que chamei de analógico. Então é preciso elaborar uma teoria que possa levar em conta, ao mesmo tempo, essas duas características, o digital e o analógico.

8. **O senhor conhece algumas cidades no Brasil: Rio, Brasília, São Paulo, Oiapoque, Belo Horizonte...Essas diferentes cidades já lhe “falaram” alguma coisa?**

Sim, claro que sim. Mas com exceção do Oiapoque, onde nós trabalhamos, eu mais observei do que analisei essas cidades. Entretanto, tenho certeza de que no Brasil há um campo apaixonante para a sociolinguística urbana. Brasília é um belo exemplo disso: cidade artificial, igual a uma língua artificial como o esperanto, que não nasceu de práticas sociais, nasceu da cabeça de políticos e de arquitetos. Poderíamos dizer que ela não tem história sociolinguística. Entretanto, parece que entre o centro e a periferia encontram-se práticas linguísticas distintas, o falar brasileiro do Rio contra aquele do nordeste. Eu disse “parece que” e eu volto a lembrar que «quem não investigou não tem direito à palavra”. É por isso que,

⁴ *Le jeu du signe*, Editions du Seuil, coll. “Fiction & Cie”, 2010.

se eu voltar a trabalhar no Brasil, eu gostaria muito de fazer com meus colegas uma grande enquete sobre as cidades começando, é claro, pelo Rio, por São Paulo e Brasília, mas indo ver também o que acontece nas cidades de fronteiras, como fizemos no Oiapoque. Uma enquete desse tipo nos ensinaria sem dúvida muitas coisas sobre o Brasil, sobre a constituição da língua brasileira, mas também contribuiria muito para a teoria. E isso nos remete a uma de suas primeiras perguntas, sobre as relações entre prática, metodologia e teoria.

Recebido em: 23/04/2012

Aprovado em: 30/11/2012